



N.º 1

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFECTUADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE
2006**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, reuniu, pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, na Casa do Povo de Torre de Coelheiros, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1. Informação e debate sobre a Freguesia de Torre de Coelheiros;**
- 2. Informação do Presidente da CME acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo;**
- 3. Deliberação sobre a proposta da CME para a contratação de eventuais empréstimos de curto prazo em 2006;**
- 4. Deliberação sobre a proposta da CME de delegação, na SITEE-EM, de poderes de fiscalização de todas as disposições legais sobre estacionamento na via pública e em parques de estacionamento;**
- 5. Designação de um representante da AME para integrar o Conselho Consultivo do Hospital do Espírito Santo de Évora.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

Feita a chamada, registaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Dias Fernandes, Rui Rosado, José Russo, José Palma Rita, Mafalda Troncho, Jorge Lourido, José Cardoso, Acácio Alferes (em substituição de Paula de Deus), Florival Pinto (no lugar de M.^a Augusta Pereira), Francisco Chalaça, Celino Silva, Nuno Lino, Nuno Leão, António Murteira, Elsa Lopes, Eduardo Luciano, José Simão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

António Ramos, Luís Pasadas, Jorge Gil, José Mateus, Margarida Fernandes, Baltazar Damas, Joaquim Cordeiro (em vez de Fernando Nunes), Silvino Costa, Nuno de Deus (em substituição de Isidro Lobo), António Metrogos, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Galão, Felisberto Bravo, António Maduro, José Calado e João Rodrigues.

Faltaram os(as) Senhores(as): Ana Maria Silva e Jerónimo Mendes.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) João Andrade Santos, António Dieb, José Barradas e Jesuína Pedreira.

Antes de começar os trabalhos, o Sr. **Presidente** agradeceu ao Sr. João Rodrigues o acolhimento que os membros da AME foram alvo, o magnífico almoço e o convívio que proporcionou.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** fez alusão às listagens da correspondência recebida na AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída, recordando que quem quisesse consultar ou obter fotocópias de qualquer missiva bastava dirigir-se ao respectivo Secretariado.

Logo após, o Sr. **Rui Rosado** pediu para falar, realçando, em primeiro lugar, o facto de o Dr. Capoulas Santos ter sido agraciado, pelo Sr. Presidente da República, com a Grande Cruz da Ordem de Mérito Agrícola.

Depois, anunciou que tinha uma moção para apresentar, intitulada «**Convocatória Electrónica das Sessões**», solicitando à Mesa autorização para a descrever, não deixando de pedir desculpa por não dispor de mais exemplares para distribuir pelas várias bancadas.

O Sr. **Presidente** concedeu-lhe essa possibilidade.

Então, o Sr. **Rui Rosado** leu o documento na totalidade, o qual se apensa a esta acta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Entretanto, o Sr. **Presidente** comunicou que escrevera uma carta ao Sr. Presidente da Câmara solicitando um parecer jurídico para ver se era legalmente possível poder-se enviar as convocatórias e os documentos de suporte por via electrónica, tendo o mesmo respondido, há poucas semanas, remetendo em anexo um parecer dos Serviços Jurídicos, dizendo que isso não é possível, porque a lei refere expressamente que a convocatória tem que ser expedida aos membros com protocolo ou com aviso de recepção. Para que se possa fazer isto, a lei tem que ser alterada pela AR, acrescentou.

Sobre esta matéria, o Sr. **Jorge Lourido** declarou: *“Penso que essa moção não tem uma fundamentação muito sustentada, visto que nada impede que a documentação, por quem o deseje, chegue por e-mail, assegurando, no entanto, que a outra via também seja garantida, não me parecendo uma questão de grande pertinência”*.

A seguir, o Sr. **Presidente** retorquiu: *“Quando fiz a consulta foi com o propósito de evitar a despesa e o trabalho do papel, continuando, obviamente, a mandar os documentos por correio, para quem o quisesse. É um facto que nada nos impede de proceder como o Sr. mencionou, mas obriga-nos sempre a enviar papéis e, às vezes, são «toneladas» deles”*.

O Sr. **Jorge Lourido** argumentou também: *“Quero só recordar que quem queira receber apenas por correio electrónico, terá que utilizar o seu tinteiro, as suas folhas, etc., para imprimir tudo, de modo a poder depois trabalhar, pelo que eu julgo que não faz grande sentido esse tipo de moção”*.

Justificando a sua posição, o Sr. **Rui Rosado** exprimiu: *“Pretende-se, com esta proposta, antecipar a facilitação do quadro legislativo que permita que se faça este género de trabalho, evitando-se assim sermos confrontados com resmas de papel que circulam nas nossas mãos”*.

Verificando a inexistência de mais inscrições para uso da palavra, o Sr. **Presidente** colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (vinte e dois do PS e um do PSD) e doze abstenções (dez da CDU e duas do PSD).

De imediato, o Sr. **José Russo** leu a seguinte declaração: *“Como todos sabemos, foi aprovada pela CME, na reunião pública de quarta-feira passada, a licença de obra para a 1ª fase do complexo desportivo do Lusitano Ginásio Clube na herdade da Silveirinha, quando a mesma, na realidade, já*



tinha sido iniciada há alguns dias. Neste caso, a verificação dessa infracção não terá ocorrido, supomos, por se tratar de uma obra de reconhecido interesse económico, cultural e social e absolutamente necessária à concretização do estágio da Selecção Portuguesa de Futebol, que decorrerá na nossa cidade de 20 a 31 de Maio próximo nessas futuras instalações desportivas. De acordo com as declarações do responsável da obra à comunicação social, ela estará concluída uns dias antes de 30 de Abril, a não ser que aconteça algum imprevisto, como, por exemplo, chover 2 ou 3 dias, daí que não se pudesse esperar a observância dos respectivos procedimentos legais. Esperamos todos nós, seguramente, que a chuva cumpra a sua importante função, para que o nosso Alentejo não tenha de viver uma situação semelhante ou até bem pior do que aquela que a falta desse bem tão precioso causou à nossa região no passado ano. Seja como for, estamos certos que, tratando-se da vinda da nossa Selecção, não faltarão as soluções técnicas adequadas para que tudo esteja em condições de acolher as estrelas do nosso futebol na cidade património da humanidade. As preocupações que aqui queremos deixar não têm, naturalmente, nada a ver com a vinda da Selecção nem com o complexo desportivo do Lusitano Ginásio Clube, colectividade que nos merece o maior respeito e admiração. As nossas inquietações decorrem do facto de a CME ainda nada nos ter dito sobre o destino a dar ao actual parque desportivo do LGC, uma vez que o Plano de Urbanização da nossa cidade não prevê para esse espaço outro tipo de utilização e que uma eventual mudança de uso só se poderá verificar se a autarquia deliberar nesse sentido, deliberação que está sujeita a homologação da tutela respectiva. Alertamos também para o facto de que a apresentação de projectos para aquela zona, sem o prévio estabelecimento de regras urbanísticas que a tal autorizem, poderá criar situações de falsas expectativas, com os inerentes custos para entidades que, irreflectidamente, embarquem numa bem urdida operação de marketing. Continuamos a entender, na nossa visão sobre o que deve ser o desenvolvimento harmonioso da cidade, que o espaço que vai desde a rotunda do Raimundo até à circular dos parques desportivos, deve continuar reservado ao parque urbano, fazendo todo o sentido a manutenção do espaço contíguo dos actuais parques desportivos requalificados, tal como consta no PUE do ano de 2000. Évora, cidade pioneira do ordenamento de território, cujo PDM foi o 1º a ser homologado, não pode deixar que o seu futuro seja determinado por interesses especulativos que ponham em causa a qualidade de vida dos seus cidadãos. Os exemplos estão aí com os resultados que se conhecem. Évora já está no mapa há muito tempo pelas boas razões, pelo seu património, pela hospitalidade das suas gentes, pela sua capacidade de atrair investimentos seguros, pelo seu passado, mas também pelo seu desenvolvimento futuro. Assim nós saibamos cumprir as nossas obrigações políticas”.



Noutro contexto, o Sr. **João Rodrigues** afirmou: “*Eu queria saber o que é que a Câmara pensa em termos de protocolo de transferência de Competências para as freguesias, dado que o que está em vigor já tem muitos anos e está desadequado às realidades actuais de cada uma*”.

Seguiu-se uma intervenção do Sr. **Palma Rita** nos seguintes termos: “*O PSD está, neste momento, apreensivo com a divulgação dos números do desemprego em Portugal, que atingiram agora o valor mais elevado desde a década de 80, afectando principalmente os jovens licenciados.*

*Tivemos conhecimento de algumas notícias preocupantes, como, por exemplo, que a **Falconwings** (o Sr. Presidente da Câmara já sabia mas não disse) não era um investimento credível, embora tenha sido utilizado durante a campanha eleitoral para esse fim, e há alguns dias o jornal «Público» noticiou que existe a possibilidade de a **Skylander** investir, sim, na construção de uma fábrica no aeroporto de Beja e não em Évora, o que seria um grande revés para o crescimento desta cidade e para a implementação dela num contexto nacional de ordenamento do território. Assim, perguntamos até que ponto podemos ter a certeza que é mentira esta notícia? No nosso entender, o Executivo deveria, talvez, tomar uma posição mais agressiva junto da empresa, com o objectivo de evitar que esse investimento fuja para outra cidade*”.

O Sr. **Florival Pinto** enunciou posteriormente: “*Na sequência da visita que hoje fizemos a esta Freguesia, e porque me parece que estas visitas não podem ser inconsequentes, fomos todos nós confrontados, aquando da passagem pelo campo de jogos, com uma realidade particularmente preocupante, que é o atravessamento aéreo das linhas eléctricas sobre o mesmo, e porque daí podem resultar acidentes graves no futuro, entendemos entregar à Mesa a seguinte **recomendação**: «O Grupo Municipal do PSD, na Assembleia Municipal de Évora, no seguimento da visita à sede da Freguesia de Torre de Coelheiros, hoje realizada, vem recomendar à Câmara Municipal a inclusão dos trabalhos de remodelação da rede eléctrica do campo de jogos da Freguesia, nomeadamente a remoção das linhas eléctricas que atravessam o campo de jogos, nas prioridades imediatas dos projectos da autarquia, procurando dessa forma evitar qualquer acidente, que todos lamentaríamos»*”.

Sobre esta última matéria, o Sr. **João Rodrigues** observou: “*Esta questão tem-nos preocupado bastante, a qual foi levantada, em Junho passado, aquando da entrega das faixas de campeões da 1ª*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Divisão Distrital, da época de 2004/05, na presença do Sr. Presidente da edilidade, uma vez que os fios passam por cima do local destinado à assistência e do rectângulo de jogo. No jantar que decorreu nesse dia, o Dr. José Ernesto prometeu à direcção do Grupo de Desportivo que a autarquia iria melhorar o estado das coisas, com uma nova electrificação do parque desportivo. Ao longo destes meses apenas dois técnicos do município vieram verificar a instalação, os quais reconheceram a urgência desta obra e o perigo que aqueles cabos aéreos podem provocar, só que até hoje nada foi feito”.

Entretanto, o Sr. **José Cardoso** inquiriu ao orador antecedente que o informasse qual a data de construção do campo de futebol e se já lá estavam as linhas eléctricas antes.

Então, o Sr. **João Rodrigues** respondeu que o parque foi construído há cerca de 15 anos e que não havia fios aéreos, tendo sido rectificadas, em 2003, toda a instalação eléctrica, embora ficasse com a mesma configuração e já nessa altura foi feito o reparo de tal situação.

Interveio depois o Sr. **José Mateus**, asseverando: “*Eu acho que o Presidente da J. F. de Torres de Coelheiros não respondeu à interrogação formulada. Afinal, em que data é que foram lá postas as linhas, porque é que foram colocadas ali e quem é que lá as mandou pôr*”?

O Sr. **Presidente** comentou que qualquer membro tinha o direito de dar a resposta que entendesse.

Depois, foi concedida a palavra ao Sr. **Presidente da CME**, que esclareceu: “*Quanto à questão do protocolo, estamos neste momento a trabalhar nisso, porque há que rever o actual, na medida em que hoje as freguesias possuem mais competências e as verbas transferidas do OGE alteraram-se. As quantias que a CME distribuirá por todas as freguesias decorrerão da transferência de competências, que serão três, a saber: **Primeira** – As respeitantes à limpeza pública e tratamento de espaços verdes; **Segunda** – Limpeza de valetas; **Terceira** – Pequenas obras relacionadas quer com a manutenção do parque escolar, quer com instalações públicas, nomeadamente jardins-de-infância e outros. Isto porque outras actividades que as freguesias já desenvolvem são protocoladas à parte, como sejam os transportes escolares e a distribuição do leite aos alunos. Espero poder apresentar na próxima sessão da AME, após discussão com as Juntas de Freguesia e aprovação por parte do*



Executivo camarário, a proposta dum novo protocolo, que irá organizar, durante este mandato, as transferências do Orçamento municipal para os orçamentos das J. F..

Sobre o tema do projecto Skylander, eu continuo a acreditar nele, até porque o dito só chegou a Évora depois de ter vindo de Beja, uma vez que nesta cidade não houve capacidade, interesse e motivação para o agarrar e as pessoas desviaram-se para cá. Não queremos entrar em competição com a capital do Baixo Alentejo, visto que esta cidade dispõe de um aeroporto com o qual o aeródromo de Évora nunca poderá concorrer. Portanto, eu não alinharei nessa guerra Beja – Évora para ver quem é que tem mais direito a investimentos aeronáuticos. O projecto em causa está à espera de reunir capitais que sustentem o investimento, sendo que no próximo dia 3 de Março vai haver uma reunião, na sede da Agência Portuguesa de Investimentos, entre diversos bancos e investidores privados, para se tentar reunir o capital particular preciso, que os parceiros públicos consideram necessário para entrarem no negócio. Da nossa parte está tudo feito, quer ao nível dos contactos com o Ministério, quer a nível dos decisores nesta matéria e esperamos, a curto prazo, ver confirmada a instalação da fábrica nesta urbe.

*Com respeito às linhas eléctricas aéreas, a edibilidade tem seguido com atenção este problema, mas existiam outros aspectos de insegurança, que é pena não terem sido aqui citados, porque quando nós tomámos posse os balneários eram muito mais perigosos do que aquelas, visto que o esquentador funcionava num espaço fechado, que punha em risco os utentes e foi aí a nossa primeira intervenção. Conforme já foi dito, melhorámos o sistema de iluminação através da substituição de projectores e os nossos serviços técnicos foram informados, na altura, da urgência em a autarquia dar solução aos fios aéreos, os quais ficaram de elaborar um projecto de substituição global da electrificação do campo desportivo, estando o mesmo a decorrer há 6 meses, merecendo ponderar se vale a pena continuar a termos serviços municipais nesta área ou se deveremos optar por darmos tudo a fazer fora. O orçamento municipal não desagrega tudo, na medida em que contém uma rubrica chamada **Melhoramento das infra-estruturas nas Freguesias rurais**, na qual pode caber a beneficiação da electrificação do campo desportivo de Torre de Coelheiros”.*

Voltando à utilização da palavra, o Sr. **Florival Pinto** adiantou: “A CME é, simultaneamente, a entidade licenciadora e fiscalizadora daquele espaço. Portanto, ou a Vereação entende que aquele local tem condições para a prática desportiva e mantém o seu licenciamento, ou julga que não e tem que o mandar encerrar. Ora, havendo uma equipa a disputar um campeonato na Divisão de Honra,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

parece-me que é prioritária a remoção daqueles fios eléctricos. O Dr. José Ernesto referiu que desde Junho que os serviços técnicos da autarquia estão a preparar o plano, pelo que eu penso que 8 meses são mais do que suficientes para o efeito e salve-nos Deus que hajam projectos maiores, porque senão estaremos aqui daqui a 20 anos a discutir se o holofote é 20 cm para a esquerda ou para a direita. A questão que introduziu é particularmente pertinente, sendo importante saber se é preferível fazer os projectos dentro de casa ou mandá-los elaborar em regime de prestação de serviços”.

Por sua vez, o Sr. **Francisco Chalaça** opinou: *“Depois da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, parece-me, claramente, que só se recomenda aquilo que não se tem conhecimento, que não é o caso. Assim, acho que não faz sentido existir uma recomendação e queria sugerir ao grupo do PSD que a retirasse, dado que o Executivo está inteirado do problema e se assim não proceder nós votaremos contra”.*

Logo após, o Sr. **José Cardoso** insurgiu-se contra a última alocução do Sr. Florival Pinto, quando afirmou que ou se corrigia a situação ou se fechava o campo de futebol, vincando que não aceitava este tipo de chantagem.

Por seu turno, o Sr. **Jorge Lourido** expressou: *“Nós manifestamos a nossa preocupação em relação a esta matéria e estamos dispostos a votar favoravelmente a proposta apresentada pelo PSD. Gostaria também de declarar que não faz sentido dizer-se, num lavar de responsabilidades, que a culpa é dos serviços. Quando um órgão é responsável por uma determinada administração, é-o de corpo inteiro. Penso que é até de muito mau tom que isso suceda, parecendo-me mais inconcebível a posição que ouvi agora do nosso colega Chalaça, ao exortar o PSD a retirar a recomendação”.*

O Sr. **Celino Silva** enunciou posteriormente: *“O Sr. Presidente da Câmara escusa de se estar a desculpar com os serviços porque isto é da responsabilidade da autarquia e se a mesma tem vontade de resolver o problema, compete a ela actuar em conformidade. Isto não é aceitável dentro duma assembleia municipal.*

Por outro lado, nada está dito na proposta do PSD, no caso daquilo ser não licenciável, que se acabe com o futebol, pelo que estou de acordo com a vontade do J. Lourido em votarmos favoravelmente a recomendação”.



De imediato, o Sr. **José Russo** asseverou: *“Eu entendo que quando se realiza uma sessão da AME numa freguesia rural esse facto deve conter preocupações particulares, pelo que eu sugiro ao Executivo que prepare, nestes casos, um ponto próprio com as matérias pendentes nessa Freguesia, criando-se assim as condições necessárias para a sua solução mais célere. Nesta conformidade, parece-me que a proposta apresentada pelo PSD é normal, uma vez que o problema existe, apesar dos esclarecimentos prestados pelo Dr. José Ernesto”*.

O Sr. **Florival Pinto** disse ainda: *“Não percebi o apontamento do Sr. J. Cardoso, na medida em que eu não afirmei para se acabar com o futebol, até porque estas iniciativas têm que ser acarinhadas e apoiadas por todas as entidades públicas e virmos aqui produzir tais declarações parece-me uma desconsideração por aqueles que têm, ao longo dos tempos, feito algumas coisa pelas colectividades nas freguesias rurais.*

Para terminar, Sr. deputado F. Chalaça, obviamente que vou manter a recomendação, sendo que cada um votará em consciência e espero que não fique com ela mais pesada se algum acidente ali vier a ocorrer”.

Como mais ninguém desejou falar, o Sr. **Presidente** pôs à votação o documento em apreço, o qual foi rejeitado por maioria, com vinte e dois votos do PS contra e quinze votos a favor (doze da CDU e três do PSD).

Declaração de voto do Sr. **Rui Rosado**: *“Entendemos que esta situação tem toda a pertinência, que haja necessidade de se efectuar a reparação das linhas eléctricas aéreas, que foram colocadas depois da construção do campo de jogos, mas, naturalmente, não podemos permitir que isto passe e que seja utilizado este populismo autárquico, que se está aqui hoje a verificar, quando se realizam assembleias municipais nas sedes das Juntas de Freguesia. Esta recomendação é, exactamente, o exemplo típico de populismo autárquico que não faz sentido em Portugal”*.

Findo o período de tempo reservado ao PAOD, o Sr. **Presidente** colocou à ponderação do colectivo o seu prolongamento até mais uma hora.

O Sr. **Palma Rita** propôs a respectiva continuação.



Posto o referido alvitre à votação, apurou-se uma aprovação por maioria, com dezassete votos a favor (doze da CDU, três do PSD e dois do PS) e vinte abstenções do PS.

Assim, em prosseguimento dos trabalhos, a Sra. D. **Margarida Fernandes** asseverou: “A *explicação que o Sr. Presidente da CME deu ao meu camarada J. Rodrigues não coincide com a resposta que a edilidade forneceu à Junta de Freguesia da Malagueira, fruto de um pedido formulado no sentido de sabermos quais eram as suas intenções em matéria de descentralização de competências. Foi escrito nesse ofício que iria ser criado um grupo de trabalho com 4 presidentes de junta, 2 das áreas rurais e 2 das zonas urbanas, para tratar dessa questão. No meu entendimento, neste momento não há, nem pode haver, qualquer regulamento, visto que a lei é clara quando refere que «o protocolo de transferência de competências tem que ser aprovado pelos órgãos executivos e deliberativos das câmaras e das juntas de freguesia», sendo que os órgãos que hoje temos não são os mesmos do mandato anterior, devendo este procedimento ser cumprido, ou seja, não é possível dizer-se que existe um protocolo base. Nessa altura perguntámos ao município qual seria a forma de eleição dos 4 presidentes de junta e até hoje não obtivemos resposta. Soubemos agora que o documento já está a ser trabalhado, tudo bem, congratulamo-nos por isso e o que nós queremos é avançar com este processo, porque achamos que é a melhor maneira de servir as populações”.*

Logo após, o Sr. **Palma Rita** observou: “*Na sequência das palavras que o Dr. José Ernesto proferiu sobre o funcionamento do serviço municipal de elaboração de projectos, julgo que no Regimento da AME não cabe a este Órgão fazer propostas sobre os serviços da CME. Como se recorda, a mais de meio do seu mandato anterior, o Sr. Presidente do município propôs uma reorganização dos serviços que foi bastante criticada nesta Assembleia e votada contra por nós, que aumentou de 5 departamentos para 11 e não o vi alvitrar a extinção de nenhuns serviços técnicos. Eu não compreendo que o Sr. peça a este Órgão que se debruce sobre os supracitados, visto que isso é uma função sua. Se o Sr. não consegue que eles funcionem, desculpe mas não somos nós que vamos ajudar. O que eu gostaria de ver era que o Sr. Presidente da Câmara trouxesse à próxima sessão da AME uma proposta concreta de estratégia para pôr a trabalhar os serviços municipais, cujo funcionamento de alguns deles nos chegam queixas diariamente e cada vez em crescendo, a partir do momento em que o Sr. os reorganizou. Por exemplo, o Departamento de Obras Particulares labora, neste momento, de uma maneira que eu me escuso de descrever, porque existem atrasos nos licenciamentos dos projectos, na elaboração de pareceres, etc.”.*



O orador seguinte foi o Sr. **João Valverde**, que comentou: *“Em primeiro lugar, quero saudar a Câmara, o Lusitano Ginásio Clube e todos os organismos que estão ligados ao complexo desportivo que está a ser construído na herdade da Silveirinha, o que vai permitir termos cá a Selecção Portuguesa a estagiar para o Campeonato Mundial de Futebol, bem como outros clubes internacionais, em cujos países não é possível treinar no Inverno devido à neve.*

Em segundo lugar, quero manifestar, mais uma vez, a minha preocupação pela situação que se vive no Aterro Intermunicipal, uma vez que nele não são cumpridas as boas práticas. Continuam a existir milhares de pássaros que ali vão comer e morrer, que põem em risco a saúde pública, para mais nesta fase em que se fala tanto na gripe das aves. Também os maus cheiros que o equipamento liberta provocam perigosidade. Vou mandar um ofício para a Selecção e outro para a Federação Portuguesa de Futebol apelando para que me ajudem, já que têm tanta força, ao ponto de terem conseguido resolver o problema do complexo desportivo do LGC, a sensibilizar as entidades competentes para que o Aterro passe a funcionar melhor, de modo a que os jogadores possam treinar sem ficarem intoxicados”.

Face ao exposto, o Sr. **Presidente** salientou: *“Há alguns elementos novos na Assembleia e torna-se necessário fazer uma pequena precisão à intervenção do nosso colega J. Valverde. É que este Órgão, no mandato anterior, promoveu uma reunião exclusivamente para tratar deste assunto, tendo convidado diversos responsáveis de serviços públicos, e penso que ficou claro, para todos nós, que se todas as regras, que estão previstas, forem cumpridas, designadamente o soterramento diário do lixo depositado, não há maus cheiros. Eu passo lá alguns dias e posso afirmar que os odores são, muitas das vezes, absolutamente insuportáveis. Se estiverem de acordo, eu poderei enviar, mais uma vez, uma carta ao Presidente do Conselho de Administração a chamar a atenção para o facto”.*

Respondendo à parte final da alocação da Sra. D. Margarida Fernandes, o Sr. **José Cardoso** elucidou: *“Os órgão são os mesmos, os seus titulares é que são diferentes. Logo, as competências são dos primeiros e não das pessoas. Esta é a leitura que eu faço daquilo que disse relativamente à CME estar a tentar elaborar protocolos com as Freguesias”.*

Mais à frente, noutra contexto, adiantou: *“O meu amigo J. Russo criticou o facto de o Executivo não ter apresentado uma agenda com perspectivas de investimentos para a Freguesia de Torres de*



Coelheiros, mas eu inquiri: se o município de Évora vai receber, em 2006, o mesmo que auferiu no ano anterior (13,5 milhões de €), o que é que ele pode aqui trazer de novo se não é transferido mais dinheiro para a edilidade”?

Tomou seguidamente a palavra o Sr. **Jorge Lourido**, frisando: “*No que concerne ao protocolo, eu penso que, para além dum aspecto legal, é também uma questão política, o interesse, ou não, da Câmara delegar competências nas Freguesias para elas desenvolverem a sua actividade. É bom lembrar, do ponto de vista histórico, que o município de Évora tem uma experiência muito grande e positiva nessa matéria, ou seja, no encarar do exercício do poder numa forma partilhada, permitindo àqueles que estão mais perto das populações actuarem numa forma mais eficaz.*

Noutro âmbito, vai haver, no próximo dia 6 de Março, uma reunião na Direcção Regional da Economia do Alentejo, que tem a ver com a deslocação do Pingo Doce para outro espaço mais amplo, pelo que eu gostaria de saber como é que as coisas estão e qual será a posição que a Vereação, em princípio, irá tomar.

Por último, gostaria de dizer ao nosso colega J. Cardoso que aquilo que ele afirmou não é nada impeditivo daquilo que foi colocado pela nossa bancada, que é a preocupação de haver, nas reuniões de Câmara anteriores às sessões da AME realizadas no exterior, um ponto para tratar dos problemas dessa freguesia”.

Falou posteriormente o Sr. **Baltazar Damas**, nos termos que se passa a relatar: “*A edilidade não pode ser responsável pelos programas de acção que as Juntas de Freguesia submetem ao seu eleitorado, porque os mesmos são feitos em função das verbas que cada uma tem à sua disposição para desempenhar as suas actividades. Portanto, O Presidente da Junta de Torre de Coelheiros está no seu direito e na sua razão de exigir aquilo que é necessário para a sua Freguesia.*

Há bocado a nossa colega Margarida Fernandes falou na descentralização de competências, pois eu tive oportunidade de dizer no último Congresso da ANAFRE que as Juntas de Freguesia já tem muitas atribuições. No caso concreto da CME, foi formado um grupo de trabalho para o efeito, que reuniu uma ou duas vezes, tendo resultado daí o protocolo vigente, mas o tempo em que os municípios atribuíam os subsídios às J. F. para elas gerirem as suas áreas de influência já terminou. Neste momento, as ditas, por organização própria do estatuto que está instituído na lei, possuem a sua própria delegação de competências específica e, como tal, são-lhes atribuídas as quantias previstas na atrás citada, e por aí não podem fugir muito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Para terminar, comunico que a Associação de Freguesias do Concelho de Évora elegeu ontem os seus novos corpos sociais, a qual informará, a curto prazo, os Presidentes da CME e da AME sobre as reais necessidades das suas associadas”.

A propósito do apontamento do Sr. P. Rita, o Sr. **Francisco Chalaça** sublinhou: “*A mim têm-me chegado algumas críticas, mas também tenho sido informado que os serviços, ultimamente, têm estado a funcionar com muito mais eficácia, o que poderá ser uma questão de mensageiro. Assim, eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara confirmasse se, de facto, o trabalho prestado pelo Departamento de Obras Particulares corresponde ao testemunho avançado pelo Dr. P. Rita ou à opinião que me tem sido transmitida.*

Por outro lado, é fácil fazer reparos a uma reorganização de serviços que nem sequer foi implementada há 1 ano, quando toda a gente sabe que tal medida só começa a resultar após o período atrás mencionado, para mais tendo-se verificado o óbito de um dos responsáveis da área em causa”.

Em aditamento à alocação do Sr. P. Rita, o Sr. **Florival Pinto** pronunciou: “*Nós temos dito que, de algum tempo a esta parte, se tem constatado evidentes melhorias na organização do Departamento de Obras Particulares, dado que têm ido mais processos às reuniões de Câmara e o nível de reclamações tem baixado. Apesar deste facto, o PSD não tem deixado de reconhecer que ainda se está longe do óptimo e a posição que o Vereador António Dieb tem feito sentir na Câmara Municipal é a de que nos preocupa que continue a existir uma excessiva delonga no tempo, excedendo em muito os prazos legais que estão previstos para a atribuição dos processos”.*

Voltando ao uso da palavra, a Sra. D. **Margarida Fernandes** acrescentou: “*Pese embora a intervenção do Sr. J. Cardoso, custa-me a aceitar essa interpretação da lei, na medida em que retira sentido à própria essência das eleições, ou seja, não se pode pedir a novos órgãos eleitos que sejam gestoras de uma situação aceite por outros. As delegações de competências são mecanismos indispensáveis para a gestão de um território e têm meios associados. Mas ainda que assim fosse, na Junta da Malagueira nós procurámos e vasculhámos todos os arquivos e não encontramos qualquer protocolo de transferência de competências assinado no mandato anterior e, por isso, pedimos por escrito à edilidade uma cópia do mesmo, sendo que estamos a aguardar.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente ao grupo de trabalho, fiquei agora a saber que o dito está criado, o que também não bate certo com a informação que a autarquia nos forneceu, pelo que eu gostaria de saber quais foram os critérios adoptados para a sua constituição.

Quanto aos protocolos específicos, obviamente que quem detêm as competências é o município, devendo as Juntas aceitá-los ou não”.

Retorquindo também à intervenção do Sr. J. Cardoso, o Sr. **José Russo** sustentou: *“Eu louvo a sua atitude de ter votado a favor a moção apresentada pela CDU, acerca das reduzidas verbas que virão do Governo para as autarquias, mas não me parece que a questão possa ser colocada dessa forma, uma vez que se trata de uma opção, isto é, nós não podemos acabar com os clubes desportivos nas Freguesias e mantermos, ao mesmo tempo, a «Baja Vodafone» com 25.000€, cuja prova nem sequer acontece neste concelho”.*

Entretanto, o Sr. **Nuno Leão** interrogou ao Executivo: *“Para quando a continuação dos trabalhos, no âmbito do programa Polis, de requalificação das muralhas entre a Porta do Raimundo e as Portas da Lagoa”? “Se existe alguma justificação para que as casas de banho públicas juntas ao Templo Romano estejam fechadas desde Junho/05”?*

Na sequência das palavras proferidas pelo Sr. B. Damas, o Sr. **João Rodrigues** contrapôs: *“Eu fiz parte do grupo de trabalho que tinha como objectivo elaborar um novo protocolo de descentralização, sendo que apenas tivemos uma reunião e nada fizemos. Discutiui-se somente as competências obrigatórias das Juntas de Freguesia e o documento serviu, única e exclusivamente, para dar cobertura legal às transferências, dado que ele estava extremamente desactualizado com a realidade de cada Freguesia.*

Noutro contexto, não posso estar de acordo com a intervenção do Dr. J. Cardoso, ao ter afirmado que os órgãos ficam e as pessoas passam, porque as J. F. têm que aprovar os protocolos e as Assembleias de Freguesia têm que os ratificar.

É mais que tempo se ser revisto o vigente protocolo, cujo trabalho deve ser acompanhado pelas Juntas, mas se o mesmo já está realizado, apresentem-nos o documento para nós o discutirmos, visto que ele só terá alguma eficácia legal após a nossa aprovação”.



Prontificando-se a responder às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da CME** explicou: *“Sobre o tema do protocolo, comunico que não está constituída qualquer equipa de trabalho, mas pensa-se formar uma, englobando um eleito do município e 4 presidentes de junta, 2 de rurais e 2 de urbanas, para discutir uma base que está a ser preparada. O projecto que resultar será remetido, após aprovação por parte da Administração municipal, a cada Junta, a fim de que ela própria o analise e o apresente à apreciação da Assembleia de Freguesia, sendo depois posto à consideração da AME para eventual aprovação. E porque é que o documento não está mais avançado? Porque a jurista que está a prepará-lo esteve de baixa, o que motivou algum atraso. É bom que se diga que o protocolo que está em vigor legitima as transferências para as Juntas de Freguesia e para que a actividades destas continue, não como uma forma definitiva, mas por conta do outro que vier a ser ratificado, torna-se necessário adoptar este procedimento.*

Sobre a questão que o Dr. P. Rita referiu, é legítimo que cada um tenha a sua opinião, só que, de uma maneira geral, acho que a reorganização de serviços se impunha, já que o anterior sistema era muito antigo. Sabíamos, de antemão, que surgiriam resistências, que existiriam coisas que iriam correr bem e outras nem tanto, mas o trabalho fez-se, com muito esforço e dedicação, e hoje posso congratular-me com a resposta que os diversos departamentos tem dado, onde a esmagadora maioria deles encontrou vantagens na forma como estão agora organizados, não sendo de esquecer que isso possibilitou a muitos funcionários abrir perspectivas de evolução na carreira. Numa instituição complexa como esta, basta que um elemento não funcione devidamente para a máquina emperrar, simplesmente isso não significa que sejam todos os sectores, como se tentou fazer crer. Aqui e ali podem as coisas não correr tão bem, nomeadamente no Departamento de Projectos, onde, confirmo, existem atrasos e eu sou o responsável por isso. O Sr. disse que eu não sou capaz de pôr os serviços a funcionar, bom, até agora e enquanto a população me reconhecer essa capacidade e me for elegendo como Presidente da Câmara, eu suportarei e assumirei essa responsabilidade.

No que concerne a uma parte do depoimento do Sr. J. Lourido, quero realçar que as superfícies comerciais só se instalam nos espaços previstos no Plano de Urbanização, que são os seguintes: junto ao MARÉ, no sítio fronteiro à fábrica das carnes, onde está instalado o INTERMARCHÉ e no local onde está situado o Feira Nova. Enquanto este PU estiver em vigor, ao Executivo resta fazer cumpri-lo. Desconheço que haja alguma intenção do Pingo Doce em pretender alargar o seu espaço Comercial.

Com respeito ao discurso do Sr. F. Pinto, ninguém mais do que eu sentiu, de uma forma dramática, toda a instabilidade que viveu o Departamento de Obras Particulares no último mandato, a qual



visou prejudicar tanto os munícipes como eu próprio. Agora, com a mesma frontalidade que aceito isto, também tenho que reconhecer que, felizmente, começou a haver luz ao fundo do túnel, e basta ir às reuniões públicas para ver as dezenas de processos que são apreciados, ou seja, está-se a recuperar progressivamente o atraso que se verificava anteriormente.

O Sr. J. Russo falou na «Baja Vodafone», pois, ao contrário do que pensa, Évora será a única terra do nosso país onde o rally irá ficar. Os participantes chegarão por volta das 17,00 horas, durante toda a noite haverá animação e na manhã seguinte ocorrerá a partida para a etapa seguinte a partir desta urbe. A Vereação decidiu apoiar a prova por, se pesarmos o efeito do benefício com o do dispêndio, ser barato, porque qualquer cidade de Portugal, que se preocupe com a sua estratégia de desenvolvimento, pagaria muito mais para ver muitos canais de televisão e a imprensa de todo o mundo fazerem a cobertura do evento, para além deste permitir esgotar a capacidade hoteleira.

No que toca às inquirições formuladas pelo Sr. N. Leão, faço saber que a 2ª fase do programa Polis irá incidir entre a Porta de Alconchel e as Portas da Lagoa, sendo que a obra já foi adjudicada, estando-se à espera do visto do Tribunal de Contas e penso que os trabalhos iniciar-se-ão durante o mês de Março.

No que se reporta ao encerramento das casas de banho, nós tivemos que tomar essa decisão porque elas estavam num estado de degradação total, as quais foram objecto de obras profundas, faltando agora ligar a luz, porque falta a certificação da CERTIEL. Só após este acto é que poderemos reabrir as instalações ao público.

Ainda sobre o protocolo, é bom referir que cada câmara e cada junta tinha o seu próprio modelo de transferência de competências e, então, a ANMP conseguiu chegar a acordo com a ANAFRE sobre um protocolo-tipo, que deve servir de base para o evoluir dos trabalhos, visando chegar-se a uma convenção definitiva”.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ACTAS

O Sr. **Presidente** colocou à ponderação do colectivo os projectos de actas:

- N.º 2, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

O Sr. **Abílio Fernandes** propôs as seguintes alterações:

Acta n.º 1 da sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2006

16



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Pág. 3 – 30ª linha – Intercalar **não** entre «**proposta**» e «**for**»;
- Pág. 3 – 32ª linha – Acrescentar **no grupo de trabalho** após a palavra **maioria**;
- Pág. 3 – 33ª linha – Intercalar **como regra** entre «**considerada**» e «**nos actos**».

Não querendo mais alguém pronunciar-se sobre o documento, o Sr. Presidente pô-lo à votação, tendo em conta as correcções formuladas, o qual foi aprovado por maioria, com trinta e três votos a favor e cinco abstenções.

Os Srs. **Jorge Lourido** e **Florival Pinto** fizeram uma declaração de voto, dizendo que se abstiveram por não terem estado presentes na reunião

- N.º 3, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005

Como ninguém desejou introduzir modificações no projecto de acta, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, tendo o mesmo recebido trinta e dois votos a favor e seis abstenções.

A Sra. D. **Elsa Lopes** e os Srs. **Florival Pinto** e **Joaquim Cordeiro** produziram uma declaração de voto, exprimindo que se abstiveram por terem estado ausentes da sessão.

Posto isto, o Sr. **Presidente** sugeriu as seguintes datas para as sessões ordinárias do corrente ano: **22 de Abril, 17 de Junho, 23 de Setembro e 29 de Dezembro**. Todos os membros da AME concordaram com os dias alvitados.

Logo após, o Sr. **Presidente** prestou os esclarecimentos que se passam a relatar: “*O grupo de trabalho designado para efectuar a revisão do nosso Regimento já reuniu, tendo havido um conjunto de matérias a que nós chegámos a um consenso e existiram outras em que isso não foi possível. De modo que, na próxima sessão será apresentada uma proposta, em nome do grupo, com aquilo em que houve acordo e cada força política, ou cada membro, ficará com a liberdade de apresentar as sugestões que entender. Num caso ou noutro, peço-vos que façam chegar as propostas até antes da convocatória da próxima reunião, por forma a que as mesmas sejam distribuídas com a demais documentação, para que as pessoas não sejam surpreendidas com elas aqui na sessão*”.

Finda esta intervenção, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o PAOD.



PONTO 1 – INFORMAÇÃO E DEBATE SOBRE A FREGUESIA DE TORRE DE COELHOIS

O Sr. **João Rodrigues** leu um texto do seguinte teor: “A inclusão da Freguesia de Torre de Coelhos na política de descentralização das reuniões da Assembleia Municipal muito nos honra. Os eleitos da Freguesia e principalmente a população estão gratos por receber nesta terra os representantes autárquicos do concelho de Évora.

A Freguesia de Torre de Coelhos, instituída em 1535, passou por várias fazes da sua existência. De 1911 a 1936 esteve anexada à Freguesia de S. Marcos da Abóbada e no ano de 1936 foi desanexada, formando duas freguesias independentes. Por fim, em 1 de Novembro de 1946, as Freguesias de S. Bento de Pomares, S. Marcos da Abóbada, S. Jordão e Torre de Coelhos foram reunidas numa só, Torre de Coelhos, assim permanecendo até aos dias de hoje. A Freguesia deve o seu nome à torre constituída pelos Coguminhos, cuja construção remonta ao final do século XV/início do século XVI. A Freguesia ocupa uma área de cerca de 226 kms², é a Freguesia rural com maior área geográfica do concelho e a 4^a rural mais populacional. O seu território confina com 2 concelhos, Portel e Viana do Alentejo. Segundo os censos de 2001, a Freguesia tinha 818 habitantes residentes, dos quais 744 eleitores recenseados. Neste número não foi incluído um número significativo de emigrantes, que não foram recenseados por não estarem presentes. De qualquer forma, verificou-se um considerável aumento demográfico, uma vez que em 1801 aqui viviam apenas 327 pessoas. A seguir ao 25 de Abril/74 e até meados da década de 80, haviam na Freguesia outros lugares com significativa expressão populacional. Este aumento de densidade foi fruto da reforma agrária, que muitos naturais da Freguesia voltaram à sua terra, onde encontraram trabalho garantido e também outros trabalhadores de vários pontos do país viram na reforma agrária o seu futuro. Alguns deles por cá ficaram e não trabalham na agricultura porque não existe trabalho, mas noutras actividades.

Relativamente à classificação etária da população, cerca de 7,5% dos habitantes são crianças e jovens, 60% de adultos em vida activa e 32% representam a população idosa.

Em termos económicos, grande parte da população da Freguesia exerce actividades no sector secundário, essencialmente na construção civil. Existem pequenas indústrias de serralharia civil com 2 ou 3 trabalhadores em cada e 1 padaria. O sector terciário encontra-se representado por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

alguns estabelecimentos comerciais e de restauração, na sua maioria empresas familiares. O sector primário, em termos de empregabilidade, não tem relevância na Freguesia.

A Freguesia de Torre de Coelheiros, antes da instituição do poder local democrático, era uma Freguesia, à semelhança de muitas do nosso concelho e do país, em que não existiam condições de habitabilidade. Nos 30 anos de poder local democrático, a Freguesia de Torre de Coelheiros, sempre gerida por maioria CDU, nunca deixou de procurar, entre as outras forças políticas, consensos e a prova é, ao longo destes 30 anos, a aprovação, em mais de 90%, dos Planos de Actividades e das Contas de Gerência por unanimidade.

O saneamento e a ETAR foram construídos e podemos afirmar que 100% das casas estão abastecidas com água canalizada e todas têm rede de esgoto. Os arruamentos estão praticamente concluídos. Construíram-se 82 novas habitações e a Câmara vendeu 12 lotes industriais, dos quais 7 estão construídos. Nos últimos anos apenas foi vendido 1 lote para habitação, não obstante a Câmara dispor de terrenos próprios e existirem pessoas interessadas na sua aquisição. O investimento municipal ficou-se pela repavimentação de parte da estrada municipal 521, concluída no ano de 2004, e da repavimentação de uma rua no ano de 2005.

A Junta de Freguesia, tendo em conta os seus fracos recursos financeiros, concluiu passeios em todas as ruas, melhorou significativamente o parque desportivo, requalificou os largos, concluiu o jardim público, descentralizou o atendimento da secretaria para o rés-do-chão do Palácio dos Coguminhos, adquiriu 3 viaturas para transporte de crianças e o apoio às associações culturais, desportivas e sociais tem sido, todos os anos, uma sua preocupação.

No que se refere ao pessoal, todos os trabalhadores da Junta estão no quadro, tendo, por isso, a sua situação devidamente acautelada. Temos recorrido, sempre que possível, a protocolos com o IEFP, através de programas de ocupação de trabalhadores carentes ou subsidiados. Estes programas permitiram à Junta, nos últimos anos, realizar serviços, sem que tenha que despende verbas para pagamento de salários, mas, segundo informação que a Junta dispõe, parece que o actual Governo não está disposto a continuar com os POC carentes.

Para terminar, mais uma vez, já que não fomos ouvidos no Plano de Actividades da Câmara, quero colocar à mesma umas questões que preocupam a Junta e a população desta Freguesia: Para quando a disponibilidade de lotes de terreno para habitação? Para quando o início das obras de repavimentação da parte restante da estrada municipal 521? Para quando a reparação da estrada que liga Torre-S. Manços? Para quando o início da requalificação da torre dos Coguminhos? Para



quando a rectificação da electrificação do parque de jogos, cuja obra o Sr. (Presidente da CME) prometeu no dia da entrega das faixas de campeões aos atletas do nosso grupo desportivo”?

Falou depois o Sr. **António Murteira**, nos moldes que se passa a relatar: *“As pessoas desta terra participaram sempre, de uma forma activa, na luta pela liberdade no tempo da ditadura, cuja situação alguns pretendem hoje apagar, como se não tivesse existido. Colaboraram também, empenhadamente, na construção da democracia após o 25 de Abril, bem como na transformação da agricultura, com uma reforma agrária que se iniciou, a qual acabou por ser destruída, tendo sido restaurada a grande propriedade. Hoje, a agricultura está praticamente paralisada, devido a um conjunto de políticas erradas, quer a PAC, quer a forma como os governos de Portugal a têm aplicado, beneficiando, no caso concreto do Alentejo, apenas um grupo de 2000 famílias de grandes proprietários.*

Também na área da habitação, as Juntas de Freguesia têm tido um papel importante, em colaboração com as edilidades, no sentido de procurarem resolver os problemas do sector.

Gostaria, igualmente, revelar a acção que as J. F. têm tido, em cooperação com outras entidades, no apoio aos mais idosos.

Por outro lado, qual vai ser o futuro destas Freguesias? Esta é uma batalha grande que não está vencida. No caso da Torre, eu penso que há algumas hipóteses, visto que Évora é um forte pólo de desenvolvimento regional, até porque vamos ter, neste concelho, entre 7000 e 8000 hectares de terra que pode ser irrigada a partir de Alqueva. Como é que vamos aproveitar isto? Torre de Coelheiros vai ter também mais terrenos irrigados e terá aí algumas possibilidades, mas não basta ter os solos e a água, na medida em que temos ter onde vender os produtos, a formação dos trabalhadores, investigação, etc... Precisávamos de ter uma nova política agrícola comum que distribuísse as ajudas de outra maneira, que beneficiassem mais as populações e os agricultores e não apenas os grandes proprietários e o mesmo se põe em relação aos apoios nas agro-ambientais e no desenvolvimento rural.

Nesta Freguesia, penso que a vertente da habitação pode ter alguma importância, havendo, portanto, a necessidade de se trabalhar rapidamente a questão dos loteamentos.

Sobre o turismo, hoje ele existe para todas as classes sociais e o Alentejo é uma região muito bela, com enormes potencialidades nesse sentido, pelo que eu julgo que as nossas aldeias poderiam procurar explorar mais este aspecto”.



Respondendo à dissertação do Sr. J. Rodrigues, o Sr. **Presidente do município** elucidou: “A autarquia tem tido uma postura, e quer mantê-la, de abertura e total disponibilidade para o trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia. Temos a noção que quer as verbas que a CME gere, quer o numerário que as Juntas administram, são dinheiros públicos, os quais têm como objectivo melhorar a vida dos cidadãos, pelo que eu julgo que não é bom caminho estimularmos a confrontação e estarmos permanentemente com um comportamento de assacar responsabilidades a estes ou àqueles. Eu não vou perguntar ao Sr. Presidente da J. F. como é que aplicou ou quais foram as prioridades que definiu para os 137.918 € que recebeu do OGE e da participação da Câmara Municipal, dado que isso é da sua competência e é o Sr. que é responsável pelas opções tomadas. Também não lhe vou interrogar quanto é que a edilidade, em matéria de ajudas à Junta e às entidades da Freguesia, tem contribuído, ao longo destes anos, em materiais, em areias, em betão, em cimento, etc..

No que se refere à disponibilidade de terrenos para habitação e conforme já lhe disse esta manhã, o loteamento foi aprovado por nós no final do mandato anterior, tendo-se partido de imediato para a efectivação do projecto de infra-estruturas (águas, esgotos, telecomunicações, etc.), de forma a que cada lote fique servido com as mesmas, para poder ser atribuído e começar-se a edificação, coisa que deverá acontecer, segundo comunicação dos serviços, até ao final de Março/06.

No que se reporta à estrada municipal 521, está, neste momento, a sofrer uma reparação breve para evitar uma maior degradação neste período de Inverno, mas temos previsto, em Plano de Actividades e Orçamento, lançar a empreitada de melhoria dessa via, com uma quantia significativa, particularmente se for a EDIA a suportar os custos do arranjo da estrada entre S. Manços e Torre de Coelheiros, que tem sido degradada com o tráfego constante de camiões, que têm estado ao serviço das obras que estão em curso para abertura de canais. Está ainda planeada a instalação de guardas de segurança para motociclitas na estrada 521 e a erecção do pontão na via S. Manços – Torre.

Quanto à torre dos Coguminhos, foi feito um estudo prévio pelo arquitecto Nazi Pereira, que foi aprovado em reunião de Câmara em 14.09.05, indo passar agora para a fase de projecto, sendo que este é um processo que nós pretendemos candidatar a financiamento comunitário no próximo ano.

Com respeito ao campo de jogos, estou à espera que os serviços técnicos me dêem o projecto e, se for compatível com as nossas finanças e Orçamente para o corrente exercício, será, de imediato, lançado o concurso para se proceder à substituição da rede eléctrica”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **João Rodrigues** contrapôs prontamente: *“Eu e os meus colegas da Junta sempre estivemos disponíveis para discutir tudo aquilo que é de interesse não só para a nossa Freguesia, mas também para todo o concelho.*

O Sr. nunca me inquiriu onde foram gastos os 137.918 € porque não é eleito da Assembleia de Freguesia, pois se fosse já sabia. Mas eu sou membro da AME e, como tal, tenho obrigação de zelar pela minha Freguesia e de lhe fazer as perguntas que coloquei”.

Entretanto, a Sra. D. **Margarida Fernandes** pronunciou: *“Lamento que o Sr. Presidente da Câmara tenha levado a mal as questões postas pelo o meu camarada J. Rodrigues, relativamente aos investimentos e às obras necessárias nesta Freguesia. Penso que isso é da natureza das coisas e, como membros desta A. M., temos essa obrigação para com a população das nossas Freguesias”.*

Seguiu-se um intervalo de 10 minutos.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente da CME** informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Dezembro/05 e Janeiro/06, destacando especialmente:

- A assinatura do protocolo com a Alliance Française de Évora, destinado à promoção de acções concretas de carácter sócio-cultural, no âmbito da gemação Évora-Chartres;
- A apresentação do Guia Turístico Mérida-Évora, que estimula a realização dum circuito monumental e patrimonial entre as duas cidades;
- O facto de Évora estar incluída nas 21 urbes mundiais melhor equipadas, em termos de banda larga e tecnologias de informação, o que motivou a visita do Presidente do Fórum das Cidades Inteligentes a Évora, o qual assistiu à inauguração da rede de banda larga sobre fibra óptica;
- A 3ª Temporada de Dança de Évora, que principiou com um espectáculo da coreógrafa Clara Andermatt;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- O aditamento ao projecto de arquitectura do novo estádio do Lusitano Ginásio Clube, a edificar no Monte da Silveirinha, sendo de sublinhar três pormenores: **Primeiro** - A iniciativa é completamente privada, não havendo a mínima participação de dinheiros públicos na sua construção; **Segundo** – O envolvimento da CME é aquele que está previsto, em termos de licenciamento, no PDM em vigor; **Terceiro** – A acção do município no estágio da Selecção faz-se através dum protocolo celebrado com a Federação Portuguesa de Futebol e com o Hotel do Espinheiro, contribuindo com:

- a) O transporte de máquinas de ginásio de Lisboa para Évora e vice-versa;
- b) 25% dos gastos com o alojamento, correspondente a 31.000 €

- O início das «**Feiras no Largo**», como forma de tentativa de animação do espaço circundante ao Mercado 1º de Maio, com fins-de-semana dedicados à agricultura biológica, aos livros usados, ao coleccionismo e à arte;

- Os projectos educativos «**A Fada Palavrinha**» e o «**Gigante das Bibliotecas**», que contaram com a participação de 30 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;

- A organização de diversos espectáculos musicais, no âmbito do «**Natal Clássico**»;

- A conclusão das obras do novo parque de estacionamento na Av. de S. Sebastião, junto à Escola Secundária André de Gouveia;

- A comemoração da passagem de ano em Évora, em resultado dum protocolo estabelecido com diversas associações culturais, designadamente a SOIR Joaquim António d’Aguiar, a Sociedade Harmonia Eborense, o grupo Pé-de-Xumbo, etc.;

- A 3ª edição da Rota dos Sabores Tradicionais, que conta, este ano, com 29 restaurantes aderentes;

- A Semana da Solidariedade, que incluiu diversas iniciativas de sensibilização para as dificuldades do cidadão com deficiência;

- A garantia dada ao Ministério da Saúde para a efectuação das infra-estruturas e dos acessos necessários à edificação do novo Hospital Regional nesta cidade, na Quinta da Latoeira, mas com a contrapartida que as supracitadas sejam financiadas, em parte, pelos fundos comunitários e, outra parte, com a realização dum contrato-programa com o aludido Ministério.

Com respeito à situação financeira, clarificou: “*Nós continuamos a encontrar dificuldades de realização de receitas capazes de corresponder ao volume global das despesas que possuímos e, para caminharmos no sentido do equilíbrio, este aspecto tem que ser corrigido progressivamente.*

No que se reporta às previsões do Orçamento, foi executado 93% das despesas e 67,5% das receitas, significando isto que existe uma dívida flutuante a fornecedores no valor de 6.625.000€, sendo o resto débitos à banca”.



Interveio depois a Sra. D. **Margarida Fernandes**, referindo: “*Eu atendi alguns moradores da Cruz da Picada, que manifestaram o seu enorme desagrado por terem estado dois dias e duas noites consecutivos sem água. Isto decore das obras que estão em curso, com as quais nos (Junta de Freguesia) congratulamos, mas pareceu-nos que deveriam ter existido algumas medidas para, no mínimo, terem posto uma torneira, a fim de que as pessoas pudessem ter levado o precioso líquido para uso doméstico. Não foi feito qualquer aviso prévio nem dada qualquer explicação, pelo que no futuro esperamos que se tomem medidas adequadas, quando tal acontecer.*

Por outro lado, a água tem apresentado uma cor amarelada, o que causa preocupações nos munícipes, sendo estas preocupações acentuadas pelo facto de não termos disponíveis, como a lei prevê, na alínea h) do n.º 1 do art.º 8º do Decreto-lei n.º 243/2001, as análises públicas trimestrais. Os últimos dados que recebemos reportam-se ao 2º trimestre de 2005, pelo que julgamos que a legislação não está a ser cumprida”.

Por sua vez, o Sr. **Abílio Fernandes** observou: “*Se bem se recordem, eu declarei na última sessão da A. M. que, até 30.11.2005, a CME apresentava um défice de 20 milhões de euros. A situação que agora é trazida revela-nos que houve uma ligeira melhoria no final do exercício passado, pois que se registou um saldo negativo de 17 milhões de euros, representando este valor 29% de défice. Comparando isto com o OGE, em que 6% de resultado negativo é considerado uma coisa pavorosa, porque a Comunidade Europeia exige que o Estado tenha um défice máximo de 3%, constata-se que a situação é muito complicada, sendo que os 60 milhões de euros do Orçamento para 2006 já estão «comidos» pelos mencionados 17 milhões. É importante que todos saibam que esta autarquia não pode contrair mais empréstimos, uma vez que já ultrapassou a sua capacidade de endividamento. Por outro lado, a edilidade já não dispõe de terrenos vendáveis a curto prazo e não tem fundos comunitários nem contratos-programa em quantidade que possam aliviar esta situação, à qual se pode chamar de «falência à vista». Não são as respostas que o Sr. Presidente da Câmara me deu na última reunião que resolvem qualquer coisa, dado que o argumento de deflacionar o Orçamento não tem nada a ver com o problema do saldo negativo. Também não é correcto que o Dr. José Ernesto diga que existe estabilidade financeira, na medida em que pagar os juros e as amortizações não modifica o défice que existe, até porque os saldos negativos estão-se a acumular de ano para ano e o município não tem saída. Já há câmaras que têm as Finanças às «costas», as quais já possuem processos de venda do património não transacionável e é preciso fazer tudo para que este*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

município não resvale para uma situação destas. Torna-se imperioso dizer que falta trazer à Assembleia qual é o dinheiro que a Câmara tem para auferir de obras comparticipadas já feitas e que ainda não recebeu dos fundos comunitários”.

Reagindo à dissertação do orador antecedente, o Sr. **Rui Rosado** manifestou a sua surpresa por tais palavras, para mais tendo o Dr. A. Fernandes deixado, há 4 anos, a autarquia num estado extremamente difícil, segundo o seu testemunho.

Mais à frente adiantou: *“Quero sublinhar as perspectivas e as condições criadas para a construção do novo Hospital Regional. Sabemos que é uma tarefa difícil, mas estamos confiantes que vamos conseguir atingir este desiderato.*

Quero, igualmente, relevar a abertura demonstrada pela Administração municipal na última reunião da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Évora, no sentido de que haja saída para a crise e para as dificuldades em que a Instituição se encontra, através da disponibilidade de facilitação de um novo espaço para as suas instalações”.

Em virtude de o Dr. José Ernesto ter afirmado, na derradeira reunião da AME, que estava tudo preparado para o Mercado 1º de Maio abrir no final do corrente mês, o Sr. **Eduardo Luciano** inquiriu-lhe se se mantinha essa expectativa.

Quanto à escultura do João Cutileiro, sita na rotunda do Raimundo, interrogou ao Executivo o que era que faltava para acabar as obras à volta da mesma, a fim que o prestígio do aludido mestre não ficasse beliscado.

De imediato, o Sr. **Acácio Alferes** produziu os seguintes comentários: *“O Sr. Presidente da Câmara fez referência ao facto de Évora fazer parte do conjunto de 21 cidades seleccionadas, a nível mundial, para eleição das 7 urbes mais inteligentes de 2006. Parece um assunto de somenos importância, mas é preciso pensarmos que hoje, e para o futuro, muito do desenvolvimento vem enraizar em iniciativas deste género, uma vez que as empresas são cada vez mais apetentes de sediar parte da sua actividade ligada às altas tecnologias. Isto pode ser um incentivo para algumas sociedades poderem vir aqui instalarem-se. É preciso agarrar-se nisto e potenciar-se ainda mais, através de protocolos a estabelecer com a universidade.*

Outro aspecto que eu pretendo ressaltar é o que vem mencionado na página 17, onde se fala na «Aquisição de equipamento de detecção de fugas da água», dado que cada vez mais é



indispensável fornecer às populações água de qualidade assegurada e em quantidade suficiente. E aí há um factor essencial a ter em consideração: impedir que o precioso líquido se perca nas canalizações. Já agora, eu acho que a edilidade devia facultar à A. M., como informação organizada, a percentagem de fugas da rede e, porque não, inscrevê-la no Boletim Municipal, mas, neste caso, só em valores dos milhares de m³ que, em média, se perdem diariamente. Há um trabalho que continua a ser necessário fazer-se, que é sensibilizar os munícipes para não desperdiçar água e para isso eu entendo que seria muito útil que também fosse fornecido a este Órgão e às pessoas, através do Boletim Municipal, os consumos médios mensais por cada habitação e, até, freguesia a freguesia, a fim de disciplinar os utentes.

Por outro lado, todos sabemos que, a partir de meados do ano passado, a gestão das ETAR's passou a ser da responsabilidade das Águas do Centro Alentejo e seria bom que nós desenhássemos um conjunto de parâmetros que demonstrassem a eficiência da actividade das mesmas, devendo essa empresa facultar um relatório do estado de funcionamento de cada estação”.

Falou depois o Sr. **Nuno Leão**, nos termos que se passa a revelar: *“Todos conhecem as dificuldades financeiras da CME, mas há aí um ponto que eu não posso deixar passar, que é o programa da passagem de ano de 2005/06. Conheço muitos jovens, até amigos meus, que vieram celebrar o «réveillon» e que já não voltam. Porque não criar um mediatismo para que esta cidade tenha uma verdadeira festa de fim de ano? Penso que neste momento não atrai, mas proponho que a Vereação, neste ano, faça melhor promoção e algo com mais qualidade”.*

Retorquindo também à alocação do Sr. A. Fernandes, o Sr. **Francisco Chalaça** acentuou: *“Eu julguei que o Sr. se ia referir ao facto de a dívida se cifrar, nesta altura, em 5.000.000 de cts e não nos 13.000.000 de cts que deixou, quando acabou o mandato em 2001. Aliás, usando os seus argumentos, quando fez o paralelismo entre o défice da Câmara com défice das contas públicas portuguesas, quero dizer que quando a CDU governava tinha um débito superior àquilo que é o Orçamento da edilidade no âmbito da despesa e imagine o que era isso levado para a situação nacional. A insolvência mede-se em função do estado de endividamento. Passar de uma dívida de 13.000.000 de cts para uma de, actualmente, 5.000.000 de cts é obra, ainda que reconheçamos que as coisas ainda não estão fáceis”.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por seu turno, o Sr. **Jorge Lourido** asseverou: *“Chamo à atenção para a organização do documento em debate, no qual aparecem dispersas, por vários capítulos, as obras a iniciar ou que já estão em curso. É meu entendimento que seria de toda a justiça que elas estivessem incluídas no capítulo do Departamento de Obras.*

Com respeito ao Convento dos Remédios, que, em princípio, deveria estar pronto neste mês, gostaria de saber a situação em que está e quando se pensa que se concluirá.

Sobre a Praça de Touros, houve comunicação de adjudicação e começo da obra, mas parece que as coisas não estão a correr de feição, pelo que eu gostaria de conhecer o que está a suceder.

Sobre o parque de estacionamento da avenida de S. Sebastião, falta o arranjo do espaço para canteiros e seria bom nós ficarmos a saber quando é que isso acontecerá, já que o respectivo projecto integra esses elementos.

Gostaria, também, de ficar ao corrente do estado em que se encontra o PITE, quanto lotes foram disponibilizados e quantos foram adquiridos.

Ainda sobre esta Informação, saúdo a disponibilidade que a Vereação teve para acompanhar e contribuir, de uma forma mais enérgica, para solucionar o problema da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, sendo de nosso interesse saber se já há algum resultado.

*Em relação ao novo hospital, seria oportuno que a Assembleia fosse mais elucidada, já que no documento em causa aparece escrito que é **«uma obra considerada como equipamento de prioridade absoluta e de extrema importância local e regional»** e, por isso, nós gostaríamos de saber se esta é, hoje, a opinião do Governo e se a assume como tal.*

Por fim, congratulo-me por Évora estar considerada como uma das urbes inteligentes, mas lembro que este trabalho começou na década de 90, em que a Câmara foi pioneira, entre todas as autarquias do país, no estabelecimento dum protocolo com o Centro de Estudos e Telecomunicações da PT, que permitiu o desenvolvimento das novas tecnologias”.

O Sr. **Celino Silva** disse posteriormente: *“O meu camarada J. Russo falou no tema do subsídio à «Baja Vodafone» e conjugando isso com os 6.000 cts à Selecção Nacional, que vai ser instalada num hotel de luxo da cidade, eu diria que a edilidade está a apoiar milionários, para mais não tendo dinheiro suficiente para isso. O Executivo poderá argumentar que é uma questão importante, porque a cidade é mais vista e a televisão mostra-a a vários níveis, só que isso é uma completa falácia, na medida em que Évora já há muito tempo que está no mapa e não vai ficar mais nele por*



conceder os subsídios à Selecção. Mas quando se trata de ajudar as actividades culturais do concelho, a Câmara aí diz que não, que tem pouco dinheiro ou adia esse tipo de apoios.

Por outro lado, aparece na Informação da Situação Financeira uma dívida às Águas do Centro Alentejo, cujo plano de amortização se processará entre Junho e Dezembro de 2006, pelo que é meu entendimento que esta Assembleia precisa de conhecer qual foi o protocolo convencionado entre esta empresa e a CME e quais os activos que a autarquia transferiu para essa entidade.

Por último, eu interrogo quem é que vai ocupar o Convento dos Remédios”?

De imediato, tomou a palavra o Sr. **Palma Rita**, declarando: *“Também acerca da Situação Financeira e conforme mapa anexo da receita, foi executado 67,1% do orçamento previsto, sendo que os proventos de capital se cifraram apenas nos 37,6%. Olhando para o mapa reparamos que a venda de terrenos teve, somente, uma concretização de 25%, tanto mais que a previsão para 2005 apontava para 8 milhões de €. Isto leva-me a perguntar porque é que os terrenos não se transaccionam? Será que é por os preços serem demasiado elevados”?*

Entretanto, o Sr. **Florival Pinto** enunciou: *“Quero frisar que não gosto de futebol e não serei, certamente, utilizador do futuro estádio quando a Selecção vier cá estagiar. Apesar de tudo, não me parece excessivo que, para a promoção que Évora terá nesse período, o município possa investir 31.000 €, na exacta medida em que também não julgo exagerados os 25.000 € que irão ser aplicados na «Baja Vodafone». Em face disto, inquiri à Administração municipal se está quantificada a utilização dos dinheiros públicos no apoio a diversas iniciativas e que repercussão é que isso tem para o concelho, quer em termos da sua mediatização, quer quanto ao número de participantes que envolve? Esta interrogação tem razão de ser, uma vez que foi aprovado, numa das derradeiras reuniões de Câmara, o adiantamento de uma 1ª tranche de 50.000 € ao CENDREV e é preciso saber o que é que tem mais peso para a divulgação do nome de Évora no exterior”.*

Respondendo às interpelações formuladas, o Sr. **Presidente da CME** explicitou: *“O corte de água no bairro Cruz da Picada deveu-se ao facto de se ter detectado a falta de um elemento, aquando da ocorrência duma ruptura, que não existia nem em armazém nem no mercado. De qualquer forma, é de registar que a falha sucedeu no decurso duma obra que vai resolver o problema de uma conduta que se rompia com muita frequência. Reconheço que existiu algum deficit de comunicação, que se traduziu nalguma demora em avisar a população.*



Sobre a cor amarelada da água, tal deve-se à entrada em funcionamento de um novo equipamento na ETA do Monte Novo, a qual não tem qualquer contra-indicação para a saúde e nunca atingiu os limites máximos previstos na lei.

Quanto à disponibilidade das análises que referiu (a Sra. D. Margarida), sei, porque integro o Conselho de Administração das Águas Centro Alentejo, que no ano passado 98% das mesmas vieram com valores perfeitamente razoáveis e nos restantes 2%, em que ocorreu subida nos cento e tal parâmetros avaliados, nunca se verificaram níveis que pusessem em causa a saúde pública. Eu acho que é da mais elementar justiça e de dever da administração para com os munícipes a divulgação das análises nos períodos que a legislação exige.

No que toca à intervenção do Sr. A. Fernandes, recordo que nós herdámos um passivo que temos vindo a superar com muitas dificuldades. Mas digo-lhe mais, a Câmara de Évora, se continuar neste ritmo de diminuição da despesa, só terá uma situação de maior desafogo por volta de 2010/11. Lembro também que nós tomámos posse, o anterior Executivo, em Janeiro/02 e que em Março seguinte a Dra. Manuela Ferreira Leite fez aprovar um orçamento rectificativo, que introduziu regras que colocavam a CME, e mais 48 autarquias, fora da possibilidade de qualquer recurso ao crédito, devido ao passivo que herdámos, que consistia nos seguintes números: 9,6 milhões de contos à banca; compromissos assumidos e não pagos no valor de 2 milhões de contos; e dívidas a fornecedores não contabilizadas no montante de 3 milhões de contos. Aí, sim, a situação de falência técnica à vista estava garantida.

Com respeito à 1ª pergunta formulada pelo Sr. E. Luciano, o Mercado está concluído e todo licenciado. No entanto, os seus operadores vieram pedir-nos mais 1 mês porque não tiveram condições para equipar as suas lojas, conforme está projectado no regulamento, pelo que esperamos que o espaço seja aberto no final do próximo mês de Março.

No que se reporta à escultura de João Cutileiro, tivemos, esta semana, uma reunião com o mencionado artista, com o Arq.º Caldeira Cabral, autor do projecto dos arranjos urbanísticos em volta da peça, e com 4 directores de serviços da edilidade envolvidos na concretização da obra, tendo sido consensualizada uma nova arquitectura para os espaços exteriores, que vai permitir-nos lançar, por administração directa e com os nossos próprios recursos, o acabamento dos trabalhos.

Acerca do depoimento do Sr. A. Alferes, a questão da recuperação das fugas de água é uma preocupação que qualquer município deve ter, até por uma razão simples: é que o precioso líquido que agora se perde é pago e todos os esforços que se efectuarem no sentido de evitar essa situação são bem feitos e têm retorno.



No que se refere à realização duma campanha que leve os munícipes à ideia da poupança da água, continua a ser uma preocupação nossa, tanto que este ano iremos levá-la a cabo de novo.

Relativamente aos relatórios da Águas Centro Alentejo, poderia a A. M. receber essa informação em reunião específica, para a qual se convidaria o Presidente do Conselho de Administração da aludida empresa, que prestaria todos os esclarecimentos necessários e faria o ponto da situação das obras que estão em curso no concelho.

O Sr. N. Leão falou na passagem de ano. Admito perfeitamente que não tenha sido a festa que o Sr. idealizou, mas houve outras pessoas que gostaram e nós, Vereação, temos que procurar sermos o mais abrangentes possível e posso garantir-lhe, porque passei por lá, que estavam muitos forasteiros, particularmente de Lisboa.

Depois, o Sr. J. Lourido teceu comentários acerca da organização da Informação. Bom, como repara, o documento está elaborado por serviços, sendo que o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Financiamento Externo, Dr. José Guerreiro, pede a todos os Departamentos que lhe façam um relato da sua actividade durante determinado período e é isso que aqui consta, limitando-me eu a destacar a primeira parte. Se houver alguma sugestão para que esta arrumação possa ser melhorada, estamos perfeitamente disponíveis para a acolher.

No que concerne ao Convento dos Remédios, as obras deverão estar prontas no mês de Junho, cuja inauguração pontualizará a comemoração dos 20 anos Património Mundial, sendo o seu espaço ocupado pelo Eborae Música/Conservatório Regional e pelos serviços de arqueologia, estando uma parte reservada para galeria municipal.

O lançamento da 1ª pedra da Praça de Touros não aconteceu porque eu não quis fazer a cerimónia sem que o contrato definitivo estivesse assinado, o que deverá suceder na próxima semana. Portanto, nada está a correr mal, uma vez que os trabalhos estão em curso, o financiamento está garantido e já possuímos o visto do Tribunal de Contas, pelo que eu espero que o construtor cumpra o prazo de 10 meses para executar a empreitada.

Acerca do parque de estacionamento de S. Sebastião, os serviços de Espaços Verdes, Ambiente e Qualidade têm-me dito que está a chegar a época de plantação e, como tal, os mesmo estão à espera para começarem a culturação de outras árvores e de outros elementos arbóreos ou arbustivos, que possam completar a intervenção construtiva que foi realizada.

Sobre o PITE, a empreitada está adjudicada, o contrato de consignação também está feito, recebi o visto positivo do Tribunal de Contas na sexta-feira e os trabalhos vão começar por estes dias. Serão criados 130 lotes industriais, que correspondem à inscrição dos eventuais pretendentes.



Ao nível da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, apurou-se que a Instituição local está a funcionar relativamente bem, tendo a CME, juntamente com a Segurança Social, encontrado uma solução para o problema das instalações, que é do agrado da sua Presidente.

No contexto do novo Hospital Regional, tive ocasião de reunir com o Sr. Prof. Daniel Bessa, que é o Presidente do Grupo de Estudos da Faculdade de Economia do Porto, que o Governo nomeou para analisar a questão dos estabelecimentos em causa, o qual verificou que Évora é uma das 6 prioridades, tendo esta urbe sido posta em 4º lugar. É isto que a Administração Central tem em mãos para tomar uma decisão e espero que ela seja compatível com o resultado dos estudos encomendados.

Com respeito à alusão que fez às cidades inteligentes, reconheço que o trabalho já vinha de trás, embora nós lhe tenhamos dado continuidade com novas características e a inserção nesta rede é mais um contributo que Évora e a sua Câmara Municipal dão no sentido da qualificação das mesmas.

O Sr. Celino abordou o assunto dos subsídios à «Baja» e à Seleção. Bom, eu respeito a sua opinião, só que eu e outros municípios entendemos que se tratam de investimentos, cujo retorno o concelho irá beneficiar.

No que toca ao protocolo assinado com a Águas do Centro Alentejo, ele é público, foi aprovado pelas respectivas câmaras e assembleias municipais, e terei todo o gosto em facultar-lho, onde vem todas as condições de prestações, de tarifagem, de património, etc.. Já agora, esclareço-o que não existe alienação de património municipal, o qual é cedido à empresa, que paga uma renda pela sua utilização e no termo do contrato o dito volta para a nossa posse ou prosseguirá a ser explorado, dando origem a um novo acordo.

Tendo o Sr. Palma Rita perguntado porque é que os terrenos não se vendem, cumpre-me elucidar aqueles que estão situados em frente ao bairro Alto dos Cucos não se conseguem transaccionar nas condições expostas no actual projecto, que prevê a construção de 14 vivendas com piscina colectiva, cujo autor, o Arq.º Siza Vieira, reconhece que, hoje em dia, a cidade tem outro nível de oferta para aquele tipo de habitação, tendo ele próprio se encarregado de alterar as plantas das casas, que passarão a ser mais pequenas e destinadas a casais jovens e a estudantes.

Por outro lado, a CME vendeu os terrenos do PIC por 4 milhões de €, dos quais só recebeu 1 milhão, mas a culpa não é do comprador mas sim nossa, porque tivemos um processo de transferência de instalações muito demorado, sendo que assim que se realizar a escritura ser-nos-á entregue 50% do valor da transacção e o restante aquando da posse definitiva das mesmas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Temos outros terrenos em Torre de Coelheiros, Guadalupe, na urbanização da Lagril e outros, pelo que a previsão que aqui consta de 8 milhões de € era ajustada, só que as condições de concretização não se revelaram exequíveis. Há ainda que destacar que, no que se refere aos financiamentos comunitários, temos a auferir verbas, nomeadamente àquelas que se reportam às obras do Convento dos Remédios, que é financiada a 75% pelo INTERREG, não sendo de esquecer que a situação da discrepância dos proventos também se deve à nossa realidade económica, como, por exemplo, a Derrama, que teve uma redução, relativamente àquilo que foi calculado, de 50%. Quanto ao tema da quantificação do retorno, colocado pelo Sr. F. Pinto, não a temos feita e não se pode comparar os subsídios atribuídos ao CENDREV com os que são concedidos à «Baja», porque cumprem objectivos completamente diferentes”.

A propósito de se ter falado no CENDREV, o Sr. **José Russo** tornou claro: “Concordando com aquilo que disse o Dr. José Ernesto, não posso deixar de salientar que o CENDREV publica todos os anos um relatório da sua actividade, conforme aconteceu no passado mês de Janeiro, em que foram noticiadas, no «Diário do Sul», as acções desenvolvidas no ano de 2005. Não tenho bem presente os números, mas posso adiantar que a Companhia, entre a sua produção, as iniciativas que organizou e os acolhimentos que fez no TGR da programação da CME, contou com mais de 230 espectáculos, que envolveram mais de 30.000 espectadores.

Relativamente ao assunto do futebol, ele mede-se doutra maneira, uma vez que é uma actividade completamente massificada. O teatro e a cultura nunca o foram nem nunca o serão, por mais coisas que se façam”.

Seguiu-se um depoimento do Sr. **António Murteira**, nos termos que se passam a revelar: “Eu creio que é de todo o interesse que se realize em Évora o estágio da Selecção Nacional e é de saudar os esforços de todas as entidades e pessoas que contribuíram para isso, mas a questão que nós temos colocado situa-se noutra dimensão, a saber: **Primeiro** – A cidade de Évora não pode ser gerida, no plano urbanístico, ao ritmo de impulsos imediatistas ou de pressões poderosas, como são as dos sectores da construção civil e do futebol; **Segundo** – O recurso abusivo a cláusulas de excepção do PDM, ou de outros instrumentos desse tipo, sem se acautelar a evolução urbanística e futura, conduz, muitas vezes, ao desordenamento e a aproveitamentos indevidos; **Terceiro** – Infelizmente, não são raros os exemplos de entendimentos entre construção civil, futebol e algumas autarquias,



que têm resultado, invariavelmente, em prejuízos do património, do desenvolvimento urbano das cidades e das vilas, e em lucros abusivos da parte de quem promove essas situações.

Por outro lado, não queria deixar de frisar que me parece que não ajuda a definir uma política, em termos da Câmara e da A.M., de apoios e de subsídios se confundirmos eventos conjunturais (a Selecção, o todo o terreno, etc.), independentemente da sua importância, com projectos culturais sustentáveis, como é o caso do CENDREV e outros, que têm uma outra projecção no tempo.

Finalmente, continuamos a pensar que foi um erro que a CME tenha decidido integrar o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água, visto que não acautela nem assegura os interesses da população, nem uma melhor qualidade. Em nossa opinião, o Sistema Intermunicipal pode defender mais os interesses dos municípios”.

Voltando ao uso da palavra, o Sr. **Abílio Fernandes** acrescentou: *“Eu quando falei na grave situação financeira da edilidade não foi para assustar alguém, mas apenas para encontrar soluções para a mesma. As respostas dadas pelo Sr. Chalaça e pelo Dr. José Ernesto demonstram, neste momento, uma intenção de despique de natureza político-partidária, só que isto é um problema intrínseco. Em primeiro lugar, em 2001, quando nós deixámos a Câmara, a situação não era tão grave como esta é. Em segundo lugar, é preciso que todos tenham consciência que o município está a acumular défices anuais, sendo que neste último ano foram 17 milhões de euros, os quais não fazem parte da dívida bancária. Este valor corresponde a compromissos que a Vereação assumiu e que não os pagou. O Sr. Presidente da CME sustentou que nenhum fornecedor ainda não se queixou, porque é costume fazer-se «confirming». Mas o que é o «confirming»? É uma dívida indirecta paga pelo banco ao empreiteiro que depois a autarquia tem que liquidar ao primeiro. Simplesmente a lei actual proíbe isso, pelo que daqui para a frente a supracitada não tem possibilidades de realizar este tipo de operações, bem como empréstimos, «factoring» e «leasing», ou seja, está estrangulada por todos os meios de financiamento”.*

Reportando-se aos discursos dos últimos 3 oradores, o Sr. **Gazimba Simão** exprimiu: *“Temos que ter em conta que a Administração municipal tem tido uma postura de responsabilidade e de rigor, que tem a ver com os tempos que hoje vivemos e ter sido possível efectuar, em 5 anos, habitação social, o Polis I, obras em todas as freguesias, reparações no Convento dos Remédios, arranjos em todas as escolas do concelho, o PROCOM, o Mercado Municipal, o Polis 2, que está a arrancar, o Pavilhão Multiusos, que também está a ser começado, denota uma dinâmica muito grande,*



contrariando aquilo que foi a actividade anterior, em que, de alguma forma, durante 25 anos, em comparação com outras cidades, Évora ficou a perder em infra-estruturas. Faço notar que passar de uma dívida de 11 ou de 12 milhões de cts para uma de 4 milhões de cts é algo de significativo. Noutra âmbito, deve dizer-se que a qualidade dos nossos bairros deixa muito a desejar, com excepção da urbanização da Nau, que é, segundo alguns arquitectos e especialistas, a única decente, pelo que aquilo que foi, durante vários anos, um ex-libris do executivo da CDU é um mito. Sobre o CENDREV, eu penso que faria mais sentido a existência dum teatro municipal com um director e um programa próprios, que tivesse uma planificação em que pudesse vir cá outro género de espectáculos, onde a referida Companhia teria, obviamente, o seu lugar, mas no qual não sucederia a entrega duma infra-estrutura de tão grande importância à gestão de um único interveniente”.

Reagindo à derradeira alocução do Sr. A. Fernandes, o Sr. **Francisco Chalaça** asseverou: “*Se reparar, há 2 rubricas na Informação da Situação Financeira, que são a «Venda de Terrenos» e as «Transferências de Co-financiamentos», em que a diferença entre o que foi orçamentado e executado dá um valor de 16 milhões de euros, que corresponde ao montante do défice apurado no final de 2005 e, portanto, bastava que ambas tivessem sido cumpridas em pleno para que o saldo negativo que tem estado aí a invocar não tivesse existido. Para além disso, o Sr. afirmou que se continuam a acumular débitos. Como é que é possível estarmos a diminuir o passivo e a amontoar dívidas? Não estamos! É precisamente o inverso! O que nós estamos é a baixar o passivo”.*

Retorquindo aos dois apontamentos anteriores, o Sr. **Abílio Fernandes** enunciou: “*Não são as frases acerca do rigor e da responsabilidade que nós estamos aqui a debater, nem que a Câmara fez ou deixou de fazer obras. Isso é que é perder tempo. Agora, o Sr. Chalaça já tocou, ao de leve, na questão que eu apresentei. Vou tentar ser mais explícito: os 17 milhões de euros correspondem ao saldo negativo do Orçamento de 2005. O que é que isso quer dizer? Significa que a Vereação comprometeu-se a liquidar 56 milhões de euros e só recebeu 39 milhões, tendo ficado a dever a quantia acima citada, que terá que ser paga em 2006, e se o Executivo continuar este ano com a mesma política, pode originar uma situação de falência”.*



Então, o Sr. **Francisco Chalaça** argumentou: “A rubrica «Venda de Terrenos» foi orçamentada com 8 milhões de €, a qual apenas teve uma execução de 2 milhões de €, pelo que se verificou um saldo de 6 milhões de €.

Por outro lado, as «Transferências de Co-financiamento» tiveram uma previsão de 11 milhões de €, mas apenas se registou uma realização de 1,7 milhões. Assim, somando os dois resultados dá um total de 17 milhões, que é exactamente o valor que o Sr. tem invocado. Se os terrenos tiverem sido transaccionados e se a Comunidade tivesse transferido os co-financiamentos verificar-se-ia um saldo nulo. É necessário ter também em atenção que só se pode baixar o passivo quando se apuram resultados líquidos positivos”.

Face ao exposto, o Sr. **Abílio Fernandes** declarou: “Já nos estamos a aproximar, mas lembro, em relação aos terrenos, que se trava de um montante potencial de venda.

Com respeito às transferências de co-financiamento, faço saber que o numerário não é líquido, porque uma parte do mesmo terá que ser aplicado em despesas futuras”.

Acabado este derradeiro discurso, o Sr. Presidente deu por encerrado o 2º ponto da agenda.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A CONTRATAÇÃO DE EVENTUAIS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO EM 2006

O Sr. **Presidente da CME** transmitiu que se tratava de a AME autorizar a edilidade a contrair eventuais empréstimos de curto prazo no corrente exercício, que a mesma poderá ter necessidade de recorrer para a gestão dos seus próprios movimentos, os quais não acrescentarão algo à sua dívida, na medida em que no final do ano terão que estar completamente saldados.

Em virtude de ninguém ter demonstrado interesse em abordar o assunto em apreço, o Sr. **Presidente** colocou à votação o 3º ponto da ordem de trabalhos, que foi aprovado por unanimidade.



PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME DE DELEGAÇÃO, NA SITEE-EM, DE PODERES DE FISCALIZAÇÃO DE TODAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA E EM PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Tendo sido confrontado com o envio, por parte da Câmara, no dia 23 de Fevereiro em curso, de uma nova certidão, para aditar à anterior, que em parte do seu texto refere «**Propõe-se a aprovação da minuta que faz parte integrante da presente proposta, que diz respeito à deliberação da Câmara tomada na reunião de 8/02/2006, relativa à delegação de competências na SITEE-EM e que, por lapso dos serviços, não foi apresentada na mencionada reunião**», o Sr. Presidente levantou a questão se a Assembleia poderia, ou não, pronunciar-se sobre uma coisa de que não tinha conhecimento prévio, contrariando o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 33º do Regimento deste Órgão, pelo que, na sua opinião, uma deliberação de dois terços para aceitar o documento em causa sanaria qualquer problema jurídico.

Entretanto, o Sr. **Florival Pinto** afirmou: “*Eu assisti às duas reuniões de Câmara onde isso se passou e, nesse sentido, posso explicar que o que nós temos que votar é: **Primeiro** – A delegação de competências da edilidade na SITEE-EM; **Segundo** – O texto do protocolo. A primeira matéria foi à reunião de 8.02.06 e a outra foi à seguinte (22.02.06). Antes do início dos trabalhos dever-se-ia ter incluído esse ponto na ordem do dia e, por mim, não vejo inconveniente que se proceda em conformidade*”.

Perante o explanado, o Sr. **Presidente** contrapôs: “*Não estou inteiramente de acordo com a sua interpretação, porque nós fomos convocados para deliberar sobre a proposta da CME, de delegação na SITEE-EM, de poderes de fiscalização.....e acho que nós devemos decidir acerca deste assunto. Mas se for convencionado que esta certidão faça parte da documentação distribuída para a convocatória, não precisamos de duas deliberações*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por sua vez, o Sr. **Presidente da CME** clarificou: *“Esta folha não acrescenta algo à certidão expedida anteriormente, apenas lhe dá forma de protocolo e foi a dita que faltou na reunião do dia 8”*.

Por seu turno, o Sr. **Francisco Chalaça** opinou que se tratava duma falsa questão, pois que o colectivo sabia exactamente o que estava protocolado, visto que isso constava no documento remetido com a convocatória.

Então, o Sr. **Presidente** retorquiu que se assim fosse a matéria não precisaria de ter ido outra vez à reunião de Câmara.

Regressando ao uso da palavra, o Sr. **Francisco Chalaça** comentou: *“Não é suposto que a Vereação tenha protocolado qualquer coisa que esteja além da legislação, até porque teria efeito nulo”*.

O Sr. **Presidente** pronunciou ainda: *“Eu acho que ficaremos salvaguardados se houver uma deliberação clara, para que não surjam equívocos que venham amanhã pôr em causa qualquer acto que a empresa venha a tomar”*.

Face ao desenrolar dos acontecimentos e para que não restassem dúvidas, o Sr. **Presidente da CME** prontificou-se a ler, na totalidade, o conteúdo da Delegação de Competências (documento expedido ao Secretariado da AME no dia 23.02.2006), o qual fica apenso a esta, conjuntamente com a respectiva certidão, dela fazendo parte integrante.

Findo este acto, o Sr. **Presidente** colocou à votação o documento ora apresentado, para ser anexo à certidão enviada com a convocatória, tendo-se registado uma aprovação por unanimidade.

Logo após, e enquanto a nova certidão ia sendo distribuída pelos presentes, tomou a palavra o Sr. **Eduardo Luciano**, que disse: *“Faço notar que a Divisão de Mobilidade e Equipamento Urbano não se pronunciou sobre esta matéria e parece-me, tratando-se duma questão estratégica, que a Comissão Municipal de Trânsito deveria ter tido uma palavra a dizer*.



Por outro lado, fala-se aqui em «estacionamento público na cidade». Este entendimento de cidade vai até onde? Será o perímetro urbano? Será o centro histórico? Se se refere ao primeiro, existirão meios para fiscalizar essa área”?

O Sr. **Presidente da CME** elucidou: “*O que aqui vem foi objecto de um trabalho permanente entre a Vereação e os serviços de acompanhamento e a Assembleia pode estar tranquila porque os mesmos foram ouvidos sobre este assunto.*

Quanto às interrogações que colocou, a cidade de Évora é definida pelo seu perímetro urbano, embora este aspecto tente dar resposta, sobretudo, ao nível do centro histórico. Com esta proposta que é apresentada à A. M., os fiscais municipais ficam com a competência legal de actuarem como autoridade administrativa em toda a área, ou seja, nos estacionamentos tarifado e reservado a residentes.

Neste momento, os recursos que existem, por parte do SITEE, são, mais ou menos, suficientes para a fiscalização dentro do centro histórico”.

Não querendo mais alguém debater o 4º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, o qual foi aprovado por maioria, com dezanove votos do PS a favor e treze abstenções (onze da CDU e duas do PSD), sendo importante frisar que o Sr. Florival Pinto declarou que estava impedido de tomar posição neste acto por fazer parte dos órgãos sociais do SITEE.

Declaração de voto do Sr. Luís Pasadas: “*Em nome da Freguesia de S. Mamede e dos seus moradores, nomeadamente daqueles que são portadores do selo de residente, quero mostrar aqui a minha satisfação pela tomada desta medida”.*

PONTO 5 – DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA AME PARA INTEGRAR O CONSELHO CONSULTIVO DO HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA

O Sr. **Presidente** deu a conhecer que a Mesa recebera uma proposta da bancada do PS para a designação do Sr. Dr. Rui Rosado para o efeito.



O Sr. **Jorge Lourido** anunciou que a CDU sugeria a Sra. Dra. Ana Maria Silva para o cargo.

Tratando-se da nomeação de pessoas, o Sr. **Presidente** lembrou que a votação teria que ocorrer através de escrutínio secreto, devendo os membros da Assembleia escrever no boletim RR (de Rui Rosado), ou AMS (de Ana Maria Silva), ou deixá-lo em branco.

Após o acto em causa, procedeu-se à respectiva triagem, verificando-se o seguinte resultado: dezoito votos a favor de Rui Rosado; doze votos a favor de Ana Maria Silva e três votos em branco. Nesta conformidade, o Sr. Dr. **Rui Rosado** irá integrar o Conselho em título.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário aprovou, em minuta e por unanimidade, os pontos **3, 4 e 5** da ordem de trabalhos desta acta, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Em virtude de ninguém da assistência ter desejado falar e não havendo mais temas a tratar, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão pelas vinte horas e vinte minutos, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada na sessão de 28/04/06 por 31 votos a favor e 5 abstenções)